



ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS  
PODER LEGISLATIVO



CONTRATO Nº 3007001/2015

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**, Pessoa Jurídica de direito Público interno, devidamente cadastrada no CNPJ sob o n. 22.981.146/0001-06, Município de São João de Pirabas, Estado do Pará representada por seu representante legal, a **Presidenta Municipal**, Excelentíssima Sr<sup>a</sup>. **Aranilde Barros da Costa**, portador da cédula de identidade RG 16032959 – SSP-PA; CPF 298.212.742-34, na qualidade de ordenadora de despesas, e de outro lado **F.H. TEIXEIRA CHAVES - ME**. CNPJ 05.219.655/0001-79, com sede na Av. João Paulo II - 463, Centro – Capanema – PA, de agora em diante denominada CONTRATADA (O), tem o justo acordo conforme cláusulas e condições seguintes;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL**

Aquisição de serviços e material Gráfico para atender a Câmara Municipal de São João de Pirabas/PA, conforme orçamento anexo ao certame.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Este contrato fundamenta-se na Lei número 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade convite, número 001/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES E REPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 3.1- Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos no processo licitatório Convite número 001/2015
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS** as notas fiscais/ faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todos os ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;
- 3.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação que gerou este contrato.
- 3.6 Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no inciso I, do art. 65, da Lei número 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLAUSULA QUARTA – DAS REPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 4.1. À contratante se obriga a proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei número 8.666/ 93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionadas com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providencia corretivas;

Travessa da Glória S/N – Centro- CEP: 68.719-000  
CNPJ nº 22.981.146/0001-06 Fone:(0xx91) 3449-1197  
São João de Pirabas/PA.



4.4. Providenciar os pagamentos à contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestada pelo Setor competente.

#### **CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

À vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se Por **154 (cento e Cinquenta e quatro dias)**, podendo ser prorrogado de em consonância com a Lei 8666/93.

#### **CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual as constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei número 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

#### **CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

##### **ADVERTÊNCIA ;**

- Multa
- Suspensão temporária de participações em Licitações e promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 03 (dois) anos,

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. Às multas previstas acima serão as seguintes:

- Multa por inexecução parcial do ajuste: 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor contratual.
- Multa por inexecução total do ajuste: 30% ( trinta inteiros por cento) sobre o valor contratual.
- Multa por descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor contratual, por dia, até seu cumprimento.
- Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização: 1% (um inteiro por cento) sobre o valor contratual, por dia, até seu atendimento cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.4. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa a penalidade;

7.5. Às penalidades somente serão reveladas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente



ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS  
PODER LEGISLATIVO



comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo Máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

**CLAUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE**

8.1 - O valor total do presente é de **R\$ 28.400,00 (vinte e oito mil e quatrocentos reais)** a ser pago no prazo de até trinta dias, contado a partir da data da apresentação da nota Fiscal, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**, e de conformidade com as notas fiscais/ faturas e/ou recibos da proposta adjudicadas.

7.1 - Os serviços serão conferidos e o pagamento será efetuado em espécie, depósito em conta corrente ou através de cheque nominal a CONTRATADA.

**CLAUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1. - O objeto deste contrato será recebido pela contratante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal número 8.666/93 e demais normas pertinentes.

**CLAUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

10.1. - Às despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do (a) **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**, na dotação orçamentária exercício 2015.

01.001.01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal  
339039 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

11.1 - O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificado do projeto ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por essa Lei;

II - Por acordo das partes:

- a) quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução dos serviços;

c) nas hipóteses excepcionais da revisão de preços, que serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico- financeiro do contrato.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES**

12.1 - Este contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

Travessa da Glória S/N - Centro- CEP: 68.719-000  
CNPJ nº 22.981.146/0001-06 Fone:(0xx91) 3449-1197  
São João de Pirabas/PA.



ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS  
PODER LEGISLATIVO



12.2 – Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o instrumento convocatório que procedeu, seus anexos, e a proposta da contratada, constantes do processo licitatório número 001/2015.

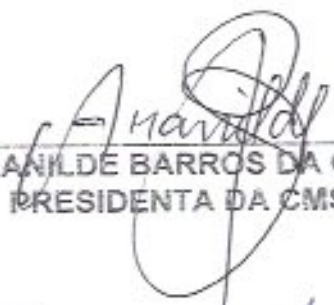
12.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinados a matéria.


12.4 – Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.5 – Fica eleito o Foro da cidade de Santarém Novo, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.


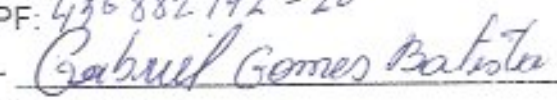
12.6 – Para firmeza e como prova de haverem as parte, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

São João de Pirabas - PA, 30 de Julho de 2015.

  
ARANYLDÉ BARROS DA COSTA  
PRESIDENTA DA CMSJP

  
F.H. TEIXEIRA CHAVES - ME.  
CNPJ 05.219.655/0001-79

TESTEMUNHAS:

- 1-   
CPF: 436.882.792 - 20
- 2-   
CPF: 057.529.922 - 61